



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0003752-09.2015.8.26.0566 - 2015/000874**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de: **IP - 094/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Origem:
 Réu: **Pedro Paulo Garcia de Paula**
 Data da Audiência: **30/01/2017**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **PEDRO PAULO GARCIA DE PAULA**, realizada no dia 30 de janeiro de 2017, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. GUSTAVO LUÍS DE OLIVEIRA ZAMPRONHO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. LUCAS CORRÊA ABRANTES PINHEIRO**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **PAULO VINICIUS NEVES DOS SANTOS** e a testemunha **SEBASTIÃO DE OLIVEIRA**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. A materialidade está provada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 16/17. A autoria também ficou bem delineada, tanto pela oitiva da vítima e do policial, como pela confissão feita pelo acusado nesta data. Procedente a demanda, com relação à dosimetria da pena, requeiro sejam observados os antecedentes do réu, notadamente os de fls. 125 e 139. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso. A confissão está em harmonia com o restante da prova, o que autoriza o reconhecimento da atenuante, na forma do artigo 65, III, 'd', do Código Penal e 197 do CPP. Destaco que a referida confissão foi precedida de entrevista reservada com a Defensoria Pública, sendo fruto da autodeterminação do réu. O réu é primário, já que a certidão de fls. 125 e 139 retratam condenações com trânsito em julgado posterior à data do fato narrada na denúncia. Requer-se pena mínima, em caso de reconhecimento da reincidência, compensação com a atenuante da confissão e benefícios legais, notadamente pena alternativa e suspensão condicional da pena e, por fim, concessão do direito de recorrer em liberdade. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. PEDRO PAULO GARCIA DE PAULA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 155, caput, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

DECIDO. O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Em razão dos dois antecedentes registrados, um por furto qualificado e outro por receptação dolosa (fls. 129 e fls. 143), fixo a pena base em 1 ano e 6 meses de reclusão, e 15 dias-multa. O acusado é confesso, razão pela qual reduzo a pena para o mínimo legal. Devido aos maus antecedentes, deverá iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto, não fazendo jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nem ao sursis. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **O acusado poderá recorrer sem ter que se recolher à prisão, sendo desnecessária qualquer medida cautelar neste momento.** Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **PEDRO PAULO GARCIA DE PAULA** à pena de 1 ano de reclusão em regime semiaberto e 10 dias-multa, por infração ao artigo 155, caput, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: